



## O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade

Marcia Leite<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir o trabalho de cuidado e sua precariedade com base na análise da separação promovida pelo capitalismo entre o trabalho de reprodução, realizado, sem remuneração, especialmente pelas mulheres e o trabalho de produção, designado prioritariamente aos homens. O texto analisa como a entrada das mulheres no trabalho remunerado carrega as marcas, preconceitos e desvalorização do trabalho de cuidado não remunerado, entendido como uma disposição natural das mulheres, fonte de sua precariedade.

**Palavras-chave:** trabalho de cuidado; reprodução social; precariedade.

**The care work and the social reproduction: among love, abuse and precariousness**

**Abstract:** *This paper aims to discuss care work and its precariousness based on the analysis of the separation promoted by capitalism between reproduction work, carried out without pay, especially by women, and production work, assigned primarily to men. The text analyzes how the entry of women into paid work carries the marks, prejudices and devaluation of unpaid care work, understood as a natural disposition of women, a source of their precariousness.*

1 UAM Cuajimalpa – México – Unicamp – Brasil – [mpleite48@gmail.com](mailto:mpleite48@gmail.com) – <https://orcid.org/0000-0001-9366-7071>

**Keywords:** *care work; social reproduction; precariousness.*

## **Trabajo de cuidados y reproducción social: entre el amor, el abuso y la precariedad**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir el trabajo de cuidado y su precariedad a partir del análisis de la separación promovida por el capitalismo entre el trabajo de reproducción, realizado sin remuneración, especialmente por las mujeres, y el trabajo de producción, asignado principalmente a los hombres. El texto analiza cómo el ingreso de la mujer al trabajo remunerado conlleva las marcas, prejuicios y desvalorización del trabajo de cuidado no remunerado, entendido como una disposición natural de la mujer, fuente de su precariedad.

**Palabras clave:** trabajo de cuidado; reproducción social; precariedad.

### **Introdução**

Separando o trabalho reprodutivo do produtivo, o capitalismo designou às mulheres o trabalho de cuidado da casa e dos entes familiares, sem que a elas fosse garantida qualquer forma de remuneração por essas atividades, apesar de serem fundamentais à reprodução não só das famílias, mas da própria sociedade. Essa divisão sexual do trabalho, que se baseou na separação entre o trabalho produtivo, realizado especialmente pelos homens, e o reprodutivo, desempenhado preponderantemente pelas mulheres, ocorreu notadamente a partir do Século 19, num momento em que a mercadorização da vida se intensificava, tornando-as dependentes dos homens que, dedicados ao trabalho produtivo, tinham acesso ao salário e aos direitos a ele associados. A iníqua divisão sexual do trabalho, justificada com o argumento de que as mulheres faziam esse trabalho por amor, encobriu durante muito tempo uma situação de limitação da liberdade e autonomia das mulheres, de abuso em relação a seus tempos, seus corpos, suas capacidades e suas vontades.

Evidentemente, essa divisão do trabalho entre os sexos não ocorreu da mesma forma em todas as sociedades. Ela contemplou uma grande quantidade de famílias nos países centrais do capitalismo, onde uma classe média expandida foi se amoldando a essa situação. Já nos países periféricos, como os latino-americanos, a expressiva presença de famílias pobres obrigou as mulheres a também se dedicar ao trabalho remunerado como forma de garantir o sustento de suas famílias, provocando, desde então, para uma parcela significativa de

mulheres, a dupla jornada de trabalho, com o acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo na mesma jornada. Dessa forma, ainda que a dedicação exclusiva ao trabalho de reprodução também ocorresse, ele não se universalizou em nossas sociedades como ocorreu nos países centrais.

No caso do Brasil, essa situação só se configurou com a abolição do trabalho escravo, em 1888, quando as famílias negras, recém-liberadas da escravidão e relegadas à miséria, passaram a buscar formas de inserção no trabalho remunerado. As principais formas encontradas estiveram relacionadas ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres, tendo em vista as maiores dificuldades vivenciadas pelos homens negros<sup>2</sup> para se inserir no trabalho.

É assim que, desde a abolição da escravatura, a entrada das mulheres no trabalho remunerado se dá em atividades voltadas ao cuidado das famílias, sobretudo de crianças, enfermos/as e idosos/as. Com ela, multiplicam-se os trabalhos remunerados em casas de família, de babás, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, cuidadoras, empregadas domésticas etc. Esse tipo de inserção no trabalho passará a orientar a entrada das mulheres em atividades relacionadas aos cuidados, de uma forma geral, com sérias repercussões nos modos de remuneração, na (des)valorização de seu trabalho e nos direitos a eles associados, bem como nas condições de trabalho, deixando a marca indelével da precariedade no trabalho feminino remunerado.

Com as mudanças político, econômicas e sociais ocorridas no país após a Revolução de 1930 e a promulgação da CLT em 1943, as mulheres pobres, brancas e, principalmente, as negras, continuaram a se inserir em atividades de trabalho remuneradas associadas ao trabalho de cuidado, raramente conseguindo acessar os direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos a partir de então. Essa situação, que se mantém até os dias atuais<sup>3</sup>, é responsável pela informalidade e precariedade características do trabalho feminino, assim como pela crise dos cuidados e da reprodução social a que assistimos atualmente.

---

2 É bem conhecida na historiografia brasileira a dificuldade dos homens negros em acessar o trabalho assalariado com a abolição da escravidão no Brasil; dificuldade essa que se expressou na busca de mão de obra branca realizada pelos grandes proprietários de terra, promovendo um intenso processo de emigração de europeus no final do Século 19 e início do 20.

3 Essa situação continua até os dias atuais, tendo em vista que a Lei Complementar 150, de junho de 2015, que regulamentou a Emenda Complementar n. 72 e definiu os direitos das empregadas domésticas, tornando-os semelhantes aos dos demais trabalhadores, deixou muitas trabalhadoras de fora. De fato, ao estabelecer as diaristas, assim consideradas todas as domésticas que trabalham por dia, desde que prestem ao mesmo empregador no máximo 2 dias de trabalho semanais, permitiu-se uma forma de manter o trabalho doméstico remunerado alheio aos direitos trabalhistas.

Este artigo visa a discutir essa situação com base nas últimas pesquisas que coordenamos sobre a reprodução social e o trabalho das mulheres, em especial “A Reforma trabalhista no Brasil e implicações sobre as mulheres”, realizada entre 2020 e 2021, com financiamento do CLACSO<sup>4</sup>, e a pesquisa financiada pelo CNPq<sup>5</sup> “Saindo da crise: As novas configurações dos trabalhos de cuidado”, atualmente em andamento.

O artigo se desenvolverá com uma primeira parte, voltada à análise do trabalho de cuidado, e uma segunda, na qual será discutido o conceito de reprodução social e sua centralidade para se entender as desigualdades de gênero, as características da inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua forte concentração nas atividades relacionadas aos cuidados.

## 1. O trabalho de cuidado<sup>6</sup>

De acordo com Hirata (2022: 30), o cuidado se define como “trabalho material técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia entre diferentes protagonistas: os(as) provedores(as) e os(as) beneficiários(as) do cuidado, assim como todos aqueles e aquelas que supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e o bem-estar dos outros”.

A sociedade atribui o trabalho de cuidado a um dos sexos, configurando a atual divisão sexual do trabalho. Assim, o *care* remete incontornavelmente à questão de gênero, “na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada como se fosse inerente à posição e à disposição femininas” (Guimarães e Hirata, 2012: 156). Foi se baseando nessa concepção que o capitalismo separou, sobretudo a partir do Século 19, os trabalhos produtivos, realizados primordialmente pelos homens, e os reprodutivos (relacionados às atividades domésticas de reprodução da vida e da sociedade), realizados pelas mulheres.

---

4 Os resultados dessa pesquisa estão publicados no livro organizado pelo CLACSO, *Nudos críticos de las desigualdades de género en América Latina y el Caribe*, 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2022, v. 1, pp. 155-214, no capítulo elaborado por Marcia Leite, Magda Biavaschi, Thais Lapa e Bárbara Vazquez, “Reforma trabalhista no Brasil e implicações sobre as mulheres”.

5 Chamada CNPq/MCTI/FNDCT, n. 18/2021 – Faixa B – Grupos Consolidados. Processo n. 403679/2021-4.

6 Este tópico se baseou em projeto de pesquisa escrito por mim e por Thais Lapa para submissão a edital do Clacso, em 2021.

Estes últimos, além de relegarem as mulheres à vida privada, foram considerados como sem necessidade de remuneração, já que relacionados a uma disposição feminina. Essa forma de compreender os cuidados está, portanto, na base da desvalorização desse tipo de trabalho, assim como sua baixa, quando existente, remuneração.

As teorias sobre o cuidado como um trabalho, remunerado ou não, desenvolveram-se desde os anos 1970, quando os problemas demográficos de envelhecimento populacional, juntamente com as políticas neoliberais de retirada da oferta de serviços públicos de cuidado e de rebaixamento de salários, entraram em cena. Isso ajudou a promover a escassez de mulheres que pudessem realizar o necessário trabalho de cuidados (na medida em que se acelerava seu ingresso no mercado de trabalho), levando ao início da atual “crise dos cuidados”.

Há muitos estudos recentes que têm analisado o que se convencionou chamar de crise dos cuidados (Arruzza; Bhattacharya e Fraser, 2019; Fraser e Jaeggi, 2018; Federici, 2021; Fraser, 2017). O PNUD (2015) considera os *gaps* emergentes nos serviços de cuidados de longa duração nas sociedades que estão envelhecendo, o desequilíbrio entre as necessidades de cuidados e os sistemas de saúde, assim como as crescentes pressões sobre os cuidados geradas pela mudança climática como indicadores da crise dos cuidados.

No caso brasileiro, pensar no cuidado como profissão e nos direitos a ela relacionados implica elucidar o quanto essa atividade foi invisibilizada; no Brasil, a profissão de cuidador(a) só aparece na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, o que significa que somente a partir de então passou a poder ser medida nas estatísticas. A profissionalização do cuidado, um suposto para que esta categoria acesse os direitos trabalhistas, possibilita também que se enfrente o acúmulo das funções de cuidadora com as de empregada doméstica e técnica/auxiliar de enfermagem, cujas fronteiras são particularmente borradas no país.

A mudança demográfica provocada pelo envelhecimento populacional nos últimos anos é um fenômeno recente, mas em vias de se espalhar como característica dominante na maioria dos países do mundo. Essa mudança já vinha aumentando o número de idosos(as) dependentes, fazendo crescer, em consequência, a demanda do trabalho de cuidadoras. Guimaraes e Hirata (2020) chamam a atenção para o fato de que, no Brasil da última década, o emprego de cuidadora domiciliar vinha crescendo a despeito da crise econômica que afetou o mercado de trabalho desde 2015.

É nesse contexto que, apesar de ter havido diminuição dos trabalhos remunerados de cuidado durante o período mais grave da pandemia, ele voltou a crescer no decorrer de 2021, à medida que a vacinação foi evoluindo e o medo

da pandemia arrefeceu. Esse crescimento foi, contudo, acompanhado por um processo de precarização ainda maior do trabalho, tendo em vista o espraioamento das formas de trabalho sem vínculo empregatício.

Grande parte dos trabalhos de cuidado tem sido realizada em nossa sociedade pela família estendida e pela comunidade, sobretudo nos últimos anos, em que as mulheres têm entrado de forma massiva no mercado de trabalho e os serviços públicos voltados a essas atividades têm sido retraídos. Frente à menor disponibilidade das mulheres e à privatização dos serviços, a população integrante das bases da pirâmide social tem se valido da ajuda de familiares e da comunidade para garantir o cuidado dos filhos(as), idosos(as) e enfermos(as). Já as classes mais altas têm optado pelo cuidado remunerado, oferecido seja em instituições, seja pela prestação de serviços domésticos remunerados de empregadas domésticas, babás e cuidadoras. É nesse quadro que o trabalho remunerado de cuidados tem se expandido de forma acentuada nos últimos anos. Ocorre que o aumento desse trabalho está se dando em uma conjuntura de exacerbação do neoliberalismo, o que tem acentuado crises econômicas, políticas e sanitárias que vêm atingindo o trabalho de forma geral, com retirada de direitos, diminuição de salários, aumento da informalização, extensão da terceirização e incremento do trabalho por plataforma. Obviamente, o trabalho das cuidadoras não ficou imune a esses processos, sendo atingido de variadas maneiras.

Os estudos atuais têm registrado algumas características que particularizam a situação nacional, semelhante à da maioria dos países latino-americanos, em especial, quando comparada aos europeus. Tais características consistem primeiramente no fato de que aqui o trabalho doméstico remunerado, das empregadas domésticas, imiscui-se com o trabalho de cuidado de crianças, idosos(as) e enfermos(as) (Guimarães e Hirata, 2020: 12). Esse fato – que guarda relação com a enorme desigualdade social que caracteriza nossos países, bem como com nosso passado colonial-escravista (Gonzalez, 1988) – torna difícil discutir o trabalho de cuidados sem entrecruzar as dimensões de gênero-raça-classe, sobretudo ao examinar o trabalho das empregadas domésticas. Complexifica o quadro o fato de que a ausência de regulamentação da profissão de cuidadora, tanto no espaço doméstico como em instituições, borra também suas fronteiras com as de profissionais da enfermagem, sobretudo auxiliares e técnicas, que também atuam como cuidadoras como complementação aos baixos salários que recebem. Destaque-se, ainda, que a desigualdade de gênero tende a ser mais acentuada aqui do que em outras regiões do mundo, evidenciando a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento (Cepal, 2021), a qual

se tornou mais dramática com o advento da pandemia e o aumento da carga das atividades de cuidado sobre as mulheres. Vale registrar que a promoção do cuidado pelo Estado foi e é bandeira histórica do movimento feminista em praticamente todo o mundo.

Baseando-se em pesquisa recente, Batista e Bandeira (2015: 60) sublinham o conteúdo afetivo contido no trabalho de cuidado de idosas institucionalizadas, a ponto de considerarem que a dimensão afetiva constitui o cerne do trabalho, ao mesmo tempo em que sublinham que “se trata de tarefa complexa e cotidiana que exige uma carga cognitiva densa e boa habilidade funcional... Em outras palavras, a tarefa de cuidar é árdua e de muita responsabilidade”. Essas características da atividade não condizem com a desvalorização do trabalho e sua baixa remuneração, as quais estariam relacionadas com o fato de que as cuidadoras provêm, em geral, de baixas classes sociais e possuem pouca escolaridade, desenvolvendo, via de regra, suas habilidades nas atividades do emprego e do trabalho doméstico, que quase sempre incluem os cuidados de pessoas da família em suas atividades.

O cuidado no debate latino-americano avança com a recente inclusão, na Argentina, do cuidado materno como trabalho contabilizado na previdência social. Observe-se que este país vem sendo ponta de lança de avanços legais relacionados ao enfrentamento de desigualdades de gênero, tendo sido o seu movimento feminista um dos protagonistas de greves que incluíam a pauta da visibilidade e valorização do trabalho de cuidados e a convocação da “feminização das resistências contra a feminização da pobreza” (#NiUnaMenos..., 2018). Veronica Gago (2019) destaca a importância de se compreender a centralidade do cuidado exercido por mulheres e o papel que ocupam na reprodução do capitalismo.

O caráter essencial de cuidados de idosos/as se converte em lei sob a pandemia e traz à tona sua importância, embora isso pareça não ter se traduzido em valorização da profissão. Ao contrário, tudo indica que no momento de pico da pandemia as cuidadoras trabalharam sob condições de precariedade agudizadas, marcadas ao mesmo tempo pelo desemprego e pelo excesso de trabalho das que permaneceram empregadas, assim como pelas limitações que muitas famílias impuseram a sua mobilidade, impedindo-as frequentemente de retornarem a suas casas.

O agravamento da atual crise dos cuidados foi tornando o tema dos cuidados em foco privilegiado das pesquisas científicas. Os estudos sobre a questão se ampliaram, promovendo o surgimento de conceitos e teorias, e o acúmulo do conhecimento, consolidando aprendizados importantes para o avanço científico.

Os achados de Hirata e Kergoat (2007) sobre a divisão sexual do trabalho que responsabiliza as mulheres pelo trabalho reprodutivo não remunerado e os homens pelo trabalho produtivo remunerado, ao mesmo tempo que os hierarquiza, conferindo aos últimos maior importância, foram fundamentais para sentar as bases dessa nova área do conhecimento que começara a se afirmar nos anos 1980. As discussões sobre os tipos de trabalho remunerado que as mulheres assumem a partir dos anos 1970, com a expansão de sua entrada no mercado de trabalho, e sua relação com os cuidados desenvolvidos no âmbito doméstico, sua pouca valorização e a naturalização de suas habilidades, foram os passos seguintes realizados por pesquisas seminais, desenvolvidas por Hirata e Kergoat (2007), Souza Lobo (2021), entre outras.

Também as formulações de Gonzalez (1988) a respeito dos traços de continuidade entre o passado escravista colonial do país e o presente, expressos pela pouca diferença da “mucama” (trabalhadora negra à época da escravidão, que realizava todo tipo de trabalho doméstico e de cuidados) e a “trabalhadora doméstica” contemporânea, delimitam um relevante aspecto do trabalho de cuidados, no Brasil e na América Latina: o fato de se apoiar sobre os ombros das mulheres negras – escancarando que se trata não somente de um problema de gênero, mas também racial.

Os estudos de Fraser (2013), desenvolvendo o conceito de diferentes ordens de gênero na evolução do capitalismo, ainda que mais baseados na realidade dos países centrais, são também fundamentais para permitir o aprofundamento da compreensão sobre as diferentes relações de gênero e de distribuição dos trabalhos de cuidado entre os sexos nos distintos regimes de acumulação do capital: uma ordem baseada numa divisão mais igualitária dos trabalhos de cuidado entre homens e mulheres na fase mercantil; outra em que as mulheres foram chamadas a exercer o trabalho fabril, logo após a revolução industrial, a qual provocou a crise da reprodução social do final do Século 19; um terceiro arranjo, baseado na separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e na figura do homem provedor e da mulher cuidadora. É esta última fase que está se transformando atualmente, devido em parte ao fato de que as políticas neoliberais e a precarização do trabalho remunerado passaram a exigir mais horas de trabalho remunerado das famílias e em parte aos movimentos feministas de liberação das mulheres em busca de sua autonomia (Bhattacharya, 2017). É nesse quadro que elas iniciarão o forte movimento de busca de trabalho remunerado, substituindo o modelo de família baseado no homem provedor pela de dois provedores. Todavia, como o trabalho de cuidado continuou sendo entendido como uma atividade das mulheres, sua entrada no trabalho remunerado foi



acompanhada pela dupla jornada de trabalho, gerando uma realidade para elas que continua longe dos ideais de liberdade e autonomia, assim como uma crise dos cuidados e da reprodução social, que ameaça a sociedade como um todo.

Ademais, a imagem da mulher cuidadora acompanhou esse forte movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho, tendo em vista que este já era desde antes o nicho de trabalho feminino, mantendo sua segregação primordialmente nas atividades relacionadas aos cuidados.

Apesar de essa não ser a realidade das mulheres das classes mais baixas do Brasil e dos países latino-americanos de maneira geral, essa foi a situação vivida pela maior parte das mulheres das classes média e alta de nossos países.

## 2. A reprodução social e o trabalho de cuidado<sup>7</sup>

Conforme afirmado anteriormente, o conceito de reprodução social é central para a compreensão das desigualdades de gênero e as características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. É esta centralidade que se buscará esclarecer neste tópico, trazendo à tona as lógicas que estão por trás das desigualdades de gênero na sociedade e no mercado de trabalho.

Os estudos sobre a reprodução social emergem nos últimos anos como uma importante contribuição para as análises sobre as desigualdades de gênero no capitalismo, ao propor uma visão ampliada sobre a dominação de gênero assentada sobre a recuperação do conceito marxista de reprodução social.

Esse conceito se refere à enorme variedade de trabalho dispendida para produzir pessoas que sejam capazes de se inserir na sociedade como parte da totalidade sistêmica do capitalismo (Battacharya, 2017: 02). Ele se refere, assim, à reprodução do conjunto da sociedade envolvendo todas as atividades necessárias para tanto. Dessa forma, ele vai muito além da reprodução biológica, abarcando o conjunto das atividades necessárias para a criação de novas gerações de forma que elas sejam capazes de garantir a reprodução da sociedade.

Ainda que tenha o trabalho de cuidado em seu centro, a reprodução social vai além dele, estendendo-se a todas as atividades necessárias à manutenção de nossas famílias e comunidades. Sem essas atividades não haveria cultura, economia, nem organização política, ou seja, atividades fundamentais para a garantia da acumulação capitalista (Fraser, 2017: 21).

---

7 Este tópico consiste numa nova versão de parte do texto *Reproducción social: un concepto amplio para entender el capitalismo como totalidad*, a ser publicado em *Reproducción Social. Múltiples Miradas*, em publicação pela: Editora de la División de Ciencias Sociales y Humanidades da Universidad Autónoma Metropolitana. Cuajimalpa (UAM.Cuajimalpa).

Nesse sentido, o conceito de reprodução social remete à renovação e manutenção da força de trabalho em seu conjunto e às instituições e ao trabalho necessários para tanto. Remete, portanto, a três formas de reprodução: a reprodução biológica, a reprodução cotidiana e a reprodução das novas gerações mediante sua socialização (Arruzza, 2013). Considerar que o processo de valorização do capital necessita desse trabalho de reprodução social para sobreviver confere ao conceito um importante potencial explicativo (Arruzza, 2013) para se compreender o capitalismo de uma forma mais ampla do que apenas um modo de produção.

Mas, ao separar essas duas esferas que, na prática, são inseparáveis, ou seja, a esfera da produção, destinada ao trabalho remunerado dos homens, e a da reprodução, designada às mulheres e sem remuneração, e hierarquizá-las, de forma a considerar a primeira como mais importante que a segunda, o cuidado foi considerado como uma atividade menor e o cuidado com as pessoas como menos importante que a produção de mercadorias. Assim, trata-se de uma inversão total dos valores humanitários, em que objetos passam a ser considerados como mais importantes do que pessoas.

Ademais, essa divisão artificial, já que a reprodução é uma condição de existência da produção e da acumulação capitalista (Fraser e Jaeggi, 2018), está na base da dominação das mulheres nas sociedades capitalistas. E isso tanto porque às mulheres foram destinadas atividades de cuidar da família sem qualquer forma de remuneração como porque as atividades por elas desempenhadas no âmbito da reprodução orientam a inserção no trabalho daquelas que necessitam do trabalho remunerado para garantir sua sobrevivência individual ou familiar, como já referimos.

É isso que explica, por exemplo, a concentração das mulheres em empregos e trabalhos de meio período; empregos por tempo determinado, que significam menor compromisso com as empresas; empregos e trabalhos informais e precarizados, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, que permitem maior flexibilidade de horário. Por outro lado, esse arranjo promoveu uma segmentação do mercado de trabalho, em que a elas foram reservadas as atividades que se assemelham aos trabalhos domésticos de cuidado, como de enfermagem, de atividades ligadas à educação, à limpeza, à alimentação, à indústria do vestuário. Claro está que essa segregação das mulheres nessas atividades não tem nada a ver com predisposições biológicas referentes a distintas capacidades dos homens e mulheres, mas é resultado de uma cultura, uma ideologia e uma tradição que se desenvolveram à raiz da separação entre a esfera da produção e da reprodução, de que as mulheres são mais afeitas a atividades de cuidado.

Como assinalam Mohandesi e Teitelman (2017: 44), a feminilidade foi associada à ideia de domesticidade, de provimento de cuidados, de fraqueza física e dependência, e essa ideologia conformou tanto o tipo de trabalho a que as mulheres devem acessar como o pagamento a ele destinado. Assim sendo, as mulheres foram relegadas a atividades mal pagas e consideradas como desqualificadas, de forma que sua inserção no trabalho nem sempre tem significado uma real autonomia econômica.

Todavia, se essa separação pôde garantir a reprodução social durante um período em que as mulheres se dedicaram basicamente aos trabalhos de reprodução, especialmente nos países centrais do capitalismo, ela começou a se mostrar problemática com o advento do neoliberalismo. Isso tem a ver com um conjunto de transformações que foram ocorrendo desde os anos 1970, quando as mulheres começaram a entrar massivamente no mercado de trabalho.

De fato, a crise das Sociedades do Bem-Estar Social ocorrida nesses anos significou o abandono das políticas sociais de apoio à reprodução promovidas pelo Estado e, conseqüentemente, a necessidade de que os serviços anteriormente fornecidos publicamente passassem a ser realizados no âmbito privado pelas famílias ou, melhor dito, pelas mulheres, responsabilizadas pelas atividades de reprodução.

Também com relação a essa questão, a situação não foi a mesma para os países periféricos e centrais do capitalismo: o Estado de Bem-Estar Social não se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares, tendo atingido sua expressão máxima nos países europeus. Na América Latina, as políticas públicas foram menos expressivas, com os Estados adquirindo um caráter mais desenvolvimentista<sup>8</sup> do que propriamente de Bem-Estar Social. De todas as formas, eles também promoveram serviços públicos de qualidade, especialmente na área de educação e saúde, os quais passaram também aqui a ser cortados e privatizados com o advento do neoliberalismo. Nesse sentido, também aqui as dificuldades para que as mulheres possam desempenhar suas tarefas de cuidado se incrementaram a partir, especialmente, dos anos 1990, quando os processos de privatização se intensificaram e o mercado de trabalho se precarizou (embora isso não seja verdade no Brasil para o decênio 2004-2014), juntamente com

---

8 Isso se deveu, sobretudo, pela visão predominante em nossos países naquele momento, preconizada especialmente pelas teorias da modernização, que consideravam que as sociedades latino-americanas necessitavam, antes de mais nada, desenvolver-se. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico era a única forma de atacar os problemas sociais e que esses seriam praticamente resolvidos pelo simples crescimento da economia (Germani, 1971).

o envelhecimento da população e o aumento do trabalho de cuidado com as pessoas idosas.

De fato, essas mudanças intensificaram o trabalho que as mulheres dedicavam à reprodução tanto nos países do centro como da periferia, ainda que de forma e intensidade diferentes, exatamente num momento em que sua entrada no mercado de trabalho crescia, gerando dificuldades para o desempenho dos trabalhos de cuidado. A rápida e significativa inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970 – tanto em função da busca de sua autonomia econômica como devido ao fato de que a privatização dos serviços de apoio à reprodução, ao lado das medidas de precarização do trabalho passavam a exigir mais horas de trabalho remunerado das famílias, forçando mais mulheres a sair em busca do trabalho remunerado – significou, dessa forma, um grande aumento de sua jornada de trabalho.

Essas transformações, tomadas em seu conjunto, estariam na raiz da crise dos cuidados ou da reprodução social que, segundo algumas teóricas da reprodução social, estaríamos vivendo atualmente. Segundo Folbre, a presença de valores familiares de amor, de afeto e de reciprocidade econômica significa que não são apenas o individualismo e a busca do interesse pessoal que comandam nossas sociedades, mas também a compaixão. Mas, sublinha a autora, na medida em que as atividades de cuidado se tornam cada vez mais difíceis e custosas, a tendência inevitável é de que as pessoas dediquem cada vez menos tempo a elas, colocando as famílias em risco (Folbre, 2001).

Conforme já nos referimos, contudo, a situação não é a mesma para os países centrais e periféricos do sistema capitalista. Nos últimos, grande parte das mulheres sempre buscou o trabalho remunerado, tendo em vista a estrutura social extremamente desigual de nossas sociedades, a qual obrigava as mulheres dos extratos mais pobres a se inserir no trabalho remunerado. Essas mulheres tiveram que contar desde sempre com a ajuda de outras mulheres – parentes, amigas, vizinhas –, que se incumbiam do trabalho de cuidado das novas e velhas gerações durante sua ausência. A débil presença do Estado no provimento de serviços sociais, historicamente muito menos generalizados e eficientes do que nos países centrais, era comumente coberta por laços de parentesco, de vizinhança e comunitários. Isso significaria que sempre vivemos uma crise dos cuidados, o que não justificaria falar em uma crise dos cuidados nos dias atuais?

Essa questão é central para a discussão teórica da crise dos cuidados e acreditamos que, se por um lado é fundamental considerar as diferenças entre os países centrais e os periféricos, isso não significa que entre nós o conjunto de mudanças que ocorreram nas últimas décadas não tenham também afetado o

provimento dos cuidados, embora de forma diferente da que ocorre nos países centrais. E isso, em primeiro lugar, porque mesmo para as mulheres mais pobres que sempre se inseriram no trabalho remunerado como forma de sobrevivência, a situação tem se tornado crescentemente difícil com o constante corte e privatização dos serviços sociais, assim como com a contínua degradação do trabalho, promovidos pelo neoliberalismo no mercado de trabalho, ademais do envelhecimento da população, que segue aumentando.

Em segundo lugar, porque se as mulheres das camadas mais ricas da população podem lançar mão do trabalho de cuidado remunerado, institucionalizado ou não, devido inclusive às grandes desigualdades sociais que marcam nossos países, essa não é a realidade da maior parte das mulheres de classe média que, em geral, enfrentam dificuldades para pagar o trabalho de empregadas domésticas, cuidadoras, babás, ou de casas de repouso para os(as) mais idosos(as) e creches para as crianças menores.

Nesse sentido, o que é novo para nossos países é a grande inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho, as quais vivem normalmente em comunidades onde os laços de parentesco, comunitários e de vizinhança são muito mais tênues do que as que existem normalmente nas comunidades mais pobres, o que cria efetivamente maiores dificuldades para o provimento dos cuidados domésticos.

Nessas circunstâncias, se nossa realidade é diferente da dos países centrais e nos obriga a nuançar a ideia de crise dos cuidados, isso não significa que não esteja mais difícil para as famílias, notadamente as das classes média e baixa, o provimento dos cuidados, tendo em vista não só o constante envelhecimento da população, o corte dos serviços públicos de cuidado e a degradação do mercado de trabalho, provocadas pelos cortes de direitos e o enfraquecimento dos sindicatos.

Destaque-se, também, que esse novo contexto será responsável, por sua vez, pelo incremento do trabalho remunerado de cuidado, com a expansão das atividades de cuidadoras, babás, professoras de educação infantil etc. Esse movimento traz à tona outra questão relevante, que consiste nas precárias condições de trabalho vividas pelas cuidadoras, babás e empregadas domésticas, que, por sua vez, enfrentam problemas para a reprodução social no âmbito de suas próprias famílias.

Convém destacar que, apesar dessas transformações que afetam especialmente as mulheres pobres e de classe média – ou seja, a grande maioria das mulheres –, dificultando suas atividades voltadas à reprodução, nem o Estado, nem o empresariado mudaram sua forma de atuação, como se as mulheres

pudessem continuar sendo cada vez mais sobrecarregadas com uma dupla jornada que não para de se expandir. De fato, imbuídos pelos ideais neoliberais e pela busca insaciável de lucro, nem o Estado parou de cortar e privatizar os serviços sociais e nem as grandes empresas, onde a força de trabalho é principalmente masculina, têm adotado políticas de parentalidade, que levem em conta que o trabalho de reprodução social é uma questão de toda a sociedade, que deve ser realizado pelo conjunto da população adulta. Assim, portanto, os homens têm que ter jornadas e licenças de trabalho adequadas e compatíveis com sua participação nas atividades relacionadas à reprodução social.

É nesse contexto que se tem referido à crise da reprodução social, que diz respeito a uma crise mais ampla do que a dos cuidados, afetando a reprodução de toda a sociedade. Trata-se, assim, de um processo em que a orientação para a acumulação ilimitada desestabiliza o próprio processo de reprodução social sobre o qual se apoia, ou, como expressa Fraser (2022), em que o capitalismo come seu próprio rabo.

Trata-se, também, de um processo em que, embora as mulheres estejam acessando muito mais o mercado de trabalho, suas atividades continuam precárias, mal remuneradas e desvalorizadas, além de que elas continuam carregando nas costas a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado. Essa situação, por sua vez, tem incentivado a busca do trabalho de cuidado remunerado, aumentando a inserção feminina nesses trabalhos, em geral mal pagos e desvalorizados, o que é um dos elementos a manter a inserção das mulheres no mercado de trabalho em empregos precários.

O importante passo teórico promovido pela teoria da reprodução social mais recente<sup>9</sup> partiu de uma crítica ao feminismo liberal, que predominou nas décadas finais do século passado – embora siga ainda atuante. Propondo a luta por uma maior igualdade de gênero sem remeter à importância do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres para a acumulação capitalista, esse feminismo se centrou nas questões de identidade e reconhecimento, dirigindo-se, por um lado, a ações contra a dominação masculina no âmbito social e doméstico e, por outro, à luta contra as dificuldades da mulher no mercado de trabalho para acessar empregos de qualidade e cargos de chefia (para quebrar o chamado teto de vidro, que dificulta que as mulheres subam na carreira e acessem cargos de comando, mais valorizados e bem remunerados). Assim sendo, o feminismo liberal não chegava a questionar as

---

9 Refiro-me aqui à teoria da reprodução social desenvolvida especialmente por Tithy Bhattacharya e Nancy Fraser, entre muitas outras.

bases capitalistas da dominação de gênero e se limitava às lutas das mulheres de classe média por mais igualdade no mercado de trabalho e no interior das famílias, ignorando a situação das mais pobres, ou seja, deixando de lado as questões relacionadas à classe e às relações raciais por trás das difíceis condições vivenciadas pelas mulheres negras e mais pobres no mercado de trabalho e na sociedade de forma geral.

Essa perspectiva do feminismo liberal o impediu de ver que se os lugares ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho têm algo a ver com a discriminação de gênero, eles estão também profundamente relacionados com a tradicional responsabilização das mulheres pelos trabalhos de reprodução social, o que lhes dificulta disputar os melhores empregos, uma questão que as teóricas da divisão sexual do trabalho, como Daniele Kergoat e Helena Hirata, já vinham apontando desde os anos 1980 (Hirata e Kergoat, 2007). De fato, “as relações sociais de gênero articulam o trabalho assalariado feminino a suas funções de reprodução” (Nogueira, 2022: 24) não só porque elas orientam a oferta no mercado de trabalho, ou seja, porque as mulheres são alocadas preferentemente em atividades que se assemelham ao trabalho doméstico e que, precisamente por isso, são pouco valorizadas, como porque seus compromissos domésticos as levam a buscar formas de inserção no trabalho mais flexíveis e, por isso, mais precárias, que lhes permitam continuar a se dedicar às tarefas de reprodução social. São inúmeros os estudos dedicados à desigualdade de gênero no mercado de trabalho que evidenciam tanto as desigualdades salariais como a segmentação de gênero que confina as mulheres em atividades desqualificadas ou assim consideradas e a formas de trabalho mais precárias (Salas e Leite, 2007), seja nos países da periferia como nos centrais do capitalismo. Benería et al. (2016: 145), por exemplo, evidenciam como o chamado “milagre do emprego” alemão dos anos 1980 se apoiou no emprego *part time*, ocupado em sua maioria por mulheres.

A base marxista da teoria da reprodução social significou uma ruptura com a perspectiva do feminismo liberal ao retomar o conceito de reprodução social de Marx, ao mesmo tempo que desenvolveu uma crítica a este, buscando ampliá-lo. De fato, o conceito de reprodução social é retomado com base em uma perspectiva crítica que sublinha que ao fazer sua análise da reprodução social baseando-se no trabalho produtivo realizado no mercado, Marx deixou de lado a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário necessário para a reprodução do próprio trabalhador, como se esse trabalho não existisse (Bhattacharya, 2017: 2). Como pontua Jaeggi (Fraser e Jaeggi, 2018: 35), a mudança de foco na teoria feminista, da produção de mercadorias para a reprodução social,

inaugura outro salto epistemológico tão profundo como o realizado por Marx ao fazer a análise da acumulação primitiva e revelar que a acumulação capitalista não se baseia na aparente relação de troca no mercado, uma relação entre coisas no mercado, mas em sua essência, que consiste em uma relação social determinada; uma relação de exploração que, por meio da privatização da propriedade, permite o surgimento do trabalho assalariado e a exploração da mais-valia, que, por sua vez, garante a acumulação ampliada do capital.

Como a revelação da mais-valia, a mudança de foco agora vai permitir a visibilização de uma relação que também não é evidente, que tampouco está aparente, mas que também é fundamental para a reprodução do capital. Essa relação se dá entre a esfera da produção e da reprodução e evidencia o papel fundamental do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, relacionado aos cuidados das novas, atuais e velhas gerações, sem o qual a mais-valia não conseguiria se realizar.

Isso não significa, contudo, conforme alerta Bhattacharya (2017: 69), abandonar o conceito de classe; significa, antes, reconhecer que os(as) trabalhadores(as) possuem uma existência que vai além de sua inserção no trabalho e que o desafio teórico reside em entender as relações entre essas duas esferas da vida. Nesse sentido, a teoria da reprodução social se propõe a investigar precisamente o que Marx não examinou (Bhattacharya, 2017: 73). A família, onde a reprodução social se exerce, ocupa um papel fundamental nesse processo, não só em relação à produção das novas gerações, mas também em relação ao conjunto de atividades necessárias para permitir que os trabalhadores retornem todo dia ao trabalho, como alimentação, abrigo e cuidado físico, aquilo que Arruzza (2013) chama de reprodução cotidiana. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores na produção, na geração de mais-valia, formam uma totalidade com as desenvolvidas na esfera familiar para sua reprodução biológica e cotidiana (Bhattacharya, 2017: 76), assim como para a reprodução dos laços sociais. Essas atividades desempenhadas sem remuneração pelas mulheres estão na base da opressão de gênero e da segmentação de gênero no mercado de trabalho.

Essa totalidade indica que a luta de classes não se restringe àquelas batalhas promovidas nos locais de trabalho, por melhores salários e condições de trabalho, mas se estende a todos os conflitos travados pela classe trabalhadora por moradia, creches, escolas, saúde, transporte, esporte, lazer, cultura, melhorias urbanas em geral, assim como contra a carestia e o descaso governamental por suas difíceis condições de vida.

A produção da força de trabalho, portanto, ocorre fora do circuito imediato do capital, embora seja essencial para ele. Ou seja, no circuito do capital, a



força de trabalho é um meio para a valorização e reprodução do capital; mas, no circuito do trabalho assalariado, o trabalhador consome mercadorias com valor de uso para se reproduzir a si mesmo. O segundo circuito é um processo de produção de si mesmo do trabalhador ou um processo de autotransformação. Os meios de produção para esse circuito são os diferentes valores de uso de que a classe trabalhadora necessita para se desenvolver. Eles são, portanto, mais do que simplesmente meios voltados à reprodução biológica; eles fazem parte de “necessidades sociais” (Bhattacharya, 2017: 81). Dessa forma, a luta por melhores salários visa também a permitir o desenvolvimento social dos trabalhadores; é uma luta de classes que evidencia como os dois circuitos estão interligados.

Essa mudança de foco na análise do capitalismo nos permite compreender que todo movimento social e político que vai na direção de ganhos para a classe trabalhadora de maneira geral ou que desafia o poder do capital como um todo precisa ser considerado como um aspecto da luta de classe (Bhattacharya, 2017: 85-86). E onde a luta por melhores salários não é possível, diferentes formas de luta em torno do circuito da reprodução social tendem a emergir. Isso explica os motivos pelos quais, na era do neoliberalismo, em que os sindicatos têm se mostrado mais fracos, movimentos sociais têm se levantado em torno a questões relacionadas a condições de vida, em manifestações contra a inflação e a carestia e pela oferta de serviços públicos nas várias áreas da vida, como educação, saúde, moradia, transporte, entre outros.

Os estudos de Bhattacharya evidenciam também que a interconexão entre a produção de mercadorias para o mercado e a reprodução da força de trabalho nos ajuda a compreender como a alocação concreta do trabalho na sociedade é socialmente organizada de formas gentrificadas e racializadas. Dessa forma, o processo de acumulação não pode ser indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero, mas busca organizar e dar forma a essas categorias, as quais atuam com base em formas determinadas de extração da mais-valia. A relação de trabalho assalariada inunda, pois, todos os espaços da vida cotidiana (Bhattacharya, 2017: 89).

Ao fazer essa crítica a Marx, as estudiosas da teoria da reprodução social puderam evidenciar como as esferas da produção e da reprodução são partes de um mesmo processo: o processo de acumulação capitalista. Puderam também evidenciar como as questões de opressão de gênero, raça e sexualidade são moldadas pela produção capitalista em um profundo e vital processo econômico (Bhattacharya, 2017: 03). Puderam evidenciar, ainda, porque as mulheres continuam ocupando determinadas posições no mercado de trabalho e porque tais posições são desvalorizadas, mal pagas e consideradas como desqualificadas,

mesmo quando exigem esforço físico, uma formação específica e muito trabalho emocional, como ocorre com os trabalhos de cuidado.

A teoria da reprodução social permite que se compreenda, assim, que o trabalho de reprodução social se refere à totalidade das atividades requeridas para criar, manter e restaurar cotidianamente a força de trabalho (Mohandesi e Teitelman, 2017: 37), sendo fundamental para a garantia da reprodução ampliada do capital e, nesse sentido, vital para a reprodução de ambos os lados da equação – capital e trabalho (Mohandesi e Teitelman, 2017: 39).

A teoria da reprodução social nos dá, portanto, os elementos necessários para uma completa revisão da história do capitalismo, mais inclusiva e nuancada (Mohandesi e Teitelman, 2017: 37). Com efeito, ao ampliar nossa mirada para além da esfera da produção, incluindo a da reprodução, essa perspectiva tem o potencial de transformar a história do capitalismo. Ela nos permite um entendimento da formação de classe não simplesmente com base nas lutas dos trabalhadores(as) fabris ou dos(as) trabalhadores(as) remunerados(as), mas na articulação que essas lutas estabelecem com outros tipos de conflitos sociais. Ela nos possibilita também aprofundar nossa compreensão sobre o capitalismo, evidenciando como seu desenvolvimento esteve parcialmente baseado em diversas subsunções das atividades de reprodução social às relações capitalistas. Ela nos permite, enfim, compreender o Estado capitalista de uma maneira mais complexa, revelando seu papel crucial nas lutas relacionadas à reprodução social travadas na sua formação histórica (Mohandesi e Teitelman, 2017: 38).

Isso tudo nos leva a revisitar as noções de classe trabalhadora e de luta de classes, considerando que o conceito de classe deve abarcar o conjunto dos(as) produtores(as) que participam na totalidade da reprodução da sociedade, sejam eles(as) trabalhadores(as) pagos pelo capital ou não. E, à medida que alargamos o conceito de classe, o mesmo deve ser feito com o de luta de classes, de modo a compreender que nas últimas décadas o capital vem dirigindo um duplo ataque ao trabalho: por meio de medidas contra os sindicatos nos locais de produção (Bhattacharya, 2017: 90)<sup>10</sup>; e mediante mudanças que afetam o processo de reprodução da força de trabalho no interior das famílias e comunidades (Bhattacharya, 2017: 90).

É importante lembrar também que esse ataque ao trabalho se fez em muitos países por meio de reformas trabalhistas que cortaram direitos; introduziram

---

10 Ao qual adicionaríamos a reestruturação produtiva das empresas e do trabalho, que fragmentou a classe trabalhadora mediante diferentes processos, entre os quais se destacam os de terceirização, implicados no conceito de produção enxuta ou flexível.

formas de contratação precárias, como o trabalho zero hora e várias formas de trabalho autônomo; ampliaram as situações em que se permite promover a terceirização além de realizar modificações legais que fragilizam a capacidade dos sindicatos de representar os(as) trabalhadores(as) e estabelecer negociações coletivas com as empresas. De acordo com pesquisa desenvolvida no Brasil por Leite et al. (2022), essas mudanças na regulação do trabalho atingiram particularmente as mulheres. E, se no caso dos sindicatos mais fortes, representativos de categorias onde predominam os trabalhadores, vem sendo possível manter acordos relativamente favoráveis ao trabalho, essa não é a realidade para os sindicatos que representam categorias mais feminizadas que, mais frágeis, nem sempre têm conseguido firmar negociações coletivas.

No que concerne à reprodução social, o ataque se voltou ao corte de serviços públicos, precarizando as condições de vida. Áreas-chave da reprodução social, como saúde e educação, foram privatizadas e programas sociais fundamentais para a reprodução social, como o seguro-desemprego e aposentadoria, entre outros, foram reduzidos (Bhattacharya, 2017: 90). Isso significou uma guerra aberta contra o conjunto da classe trabalhadora e não apenas os assalariados(as): privatizando recursos anteriormente socializados e reduzindo a qualidade dos serviços prestados, o capital tem tornado o trabalho cotidiano de regeneração dos trabalhadores mais difícil e precário, ao mesmo tempo que vem sobrecarregando as famílias no provimento dos trabalhos diariamente necessários para a garantia dessa regeneração. Essa situação, que atinge as famílias trabalhadoras de uma forma geral, recai de maneira mais profunda sobre as mulheres, na medida em que o trabalho cotidiano de regeneração dos trabalhadores é considerado, assim como todos os demais trabalhos voltados à reprodução social, como uma responsabilidade das mulheres.

Essa digressão teórica sobre a teoria da reprodução social nos parece, portanto, fundamental para entendermos por que o trabalho de cuidado na sociedade capitalista foi e continua sendo considerado como uma responsabilidade feminina, porque ele orienta a inserção das mulheres no mercado de trabalho e porque essa inserção tende a ser precária.

## Conclusão

Ao revelar como o capitalismo estabelece relações entre gêneros e raças que lhes são constitutivas, tanto quanto as de classe, embora não sejam tão evidentes como essas últimas, a teoria da reprodução social tem conseguido dar um passo fundamental na explicação de como se conformou e como vem se

desenvolvendo o sistema capitalista na sua totalidade. Ao evidenciar relações de dominação e de opressão que são também condições de existência do capitalismo, ela amplia sua compreensão, trazendo à tona que ele necessita e se nutre de relações sociais que estavam até então obscurecidas ou mal explicadas.

O avanço que essa teoria nos propiciou ao demonstrar que relações sociais de gênero e raça são também constitutivas do capitalismo e foram por ele formatadas de modo a garantir sua existência e reprodução nos permite compreender mais profundamente o que é esse sistema e as formas de dominação que lhe são inerentes, além de nos possibilitar apreender as inter-relações que se estabelecem entre essas diferentes formas de dominação em distintas realidades.

Ele nos permite também compreender de forma mais profunda o porquê das dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho: a segregação vertical (o teto de vidro) e horizontal (que as incorpora especialmente nas atividades assemelhadas ao trabalho doméstico, consideradas desqualificadas e mal remuneradas); o desprestígio dos trabalhos de cuidado, quase sempre mal pagos e considerados desqualificados, embora exijam um treinamento minucioso, muita experiência e um envolvimento emocional que desgasta e é causa de sofrimento. Isso significa que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho não advêm apenas de atitudes discriminatórias de gerentes, chefes e empregadores, mas de toda uma estruturação social que separa a produção da reprodução; que responsabiliza as mulheres pelo trabalho de reprodução social, sem qualquer forma de remuneração; e que hierarquiza essas duas formas de trabalho, considerando sempre o trabalho de produção como mais importante.

Ao trazer à tona que a sociedade considera um trabalho destinado à reprodução das famílias e da própria sociedade como inferior, como não necessitando ser remunerado, como devendo ser desempenhado pelas mulheres por amor e disposição natural, a teoria da reprodução social deixa claro o porquê dos baixos salários quando essas atividades são remuneradas no mercado, o porquê da precariedade predominante nessas formas de trabalho. Ela também esclarece por que muitas vezes as próprias mulheres buscam trabalhos mais precários, de meio período ou sem registro, como forma de poder conciliar o trabalho remunerado com o não remunerado.

## Referências

#NIUNAMENOS: quando o mundo anda com os pés das mulheres. *Brasil de fato*, 2018.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/05/niunamenos-quando-o-mundo-anda-com-os-pes-das-mulheres>. Acesso em: 20 maio 2023.

- ARRUZZA, Cinzia. *Dangerous Liaisons: The Marriages and Divorces of Marxism and Feminism*. Ponty Pool Wales/UK, Merlin Press. 2013.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. *Feminism for the 99%. A Manifesto*. Londres, Ed. Verso, 2019, 85 p.
- BATISTA, Anália e BANDEIRA, Lourdes. Trabalho de cuidado: um conceito situacional e multidimensional. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 18, set.-dez. 2015, pp. 59-80. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-3352201518032015>
- BENERÍA, Lourdes et al. *Gender, development and Globalization. Economics as if all people mattered*. Londres, Routledge, 2. ed., 2016.
- BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. (ed.) *The Social Reproduction Theory. Remapping class, recentering oppression*. Londres, Pluto Press, 2017, pp. 01-20.
- BHATTACHARYA, Tithi. How not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, Tithi. (ed.) *The Social Reproduction Theory. Remapping class, recentering oppression*. Londres, Pluto Press, 2017, pp. 68-93.
- CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2021: dinámica laboral y políticas de empleo para una recuperación sostenible e inclusiva más allá de la crisis del COVID-19*. Santiago de Chile, 2021.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. v. 1. São Paulo, Boitempo, 2021, 204 p.
- FOLBRE, Nancy. *El corazón invisible. Economía y valores familiares*. Nova Yorque: La nueva prensa, 2001.
- FRASER, Nancy. Crisis of care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi. (ed.) *The Social Reproduction Theory. Remapping class, recentering oppression*. Londres, Pluto Press, 2017, pp. 21-36.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. New York, Verso, 2013.
- FRASER, Nancy e JAEGGI, Rahel. *Capitalism. A conversation in critical theory*. Medford (Massachusetts), Polity Press, 2018.
- FRASER, Nancy. *Cannibal capitalism. How our system is devouring democracy, care and the planet – and what we can do about it*. London/New York, Verso, 2022.
- GAGO, Verónica. *La potencia feminista: O el deseo de cambiarlo todo*. Madrid, Traficantes del Sueño, 2019.
- GERMANI, Gino. *Política y Sociedad en una Época de Transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Colección Biblioteca de América Latina. Buenos Aires, Paidós, 1971, 4. ed.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político cultural de amefricanidade. *Rev. TB*. Rio de Janeiro, 92/93; 69/82, jan-jun., 1988.

- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena e SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 1, 2011, pp. 151-180.
- GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena (Comps.). *El cuidado en América Latina. Mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Buenos Aires, Medifé, 2020.
- HIRATA, Helena. *O Cuidado: teorias e práticas*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- HIRATA, Helena. O Trabalho de cuidado. Comparando Brasil, França e Japão. *SUR* 24. [On-line], v. 13, n. 24, 2016, pp. 53-64.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 595-609.
- HIRATA, Helena e Guimarães, Nadya. *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho de care*. São Paulo, Atlas, 2012.
- KERGOAT, Daniele. Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, março de 2010, pp. 93-103.
- LEITE, Marcia de Paula et al. As implicações da reforma trabalhista e da pandemia sobre o trabalho das mulheres. In: LEITE, Marcia de Paula et al. *Nudos críticos sobre la desigualdad de género*. Buenos Aires, Clacso, 2022.
- MOHANDESI, Salar e TEITELMAN, Emma. Without Reserves. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed). *The Social Reproduction Theory. Remapping class, recentring oppression*. Londres, Pluto Press, 2017, pp. 37-67.
- NOGUEIRA, Cáudia. Divisão sociossexual do trabalho: a esfera da produção e da reprodução. *Revista Cult*. [On-line], Ano 25, jun. 2022. Dossiê Feminismo Marxista. pp. 22-24.
- PNUD. *Human Development Report*. Nova York, PBM Graphics, 2015.
- SALAS, Carlos e LEITE, Marcia. Segregación Sectorial por Género: Una Comparación Brasil-México. *Cadernos PROLAM/USP*. São Paulo, ano 7, v. 2, 2007, pp. 241-259.
- SOUZA LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2021.

Recebido em: 17/02/2023

Aprovado em: 12/06/2023

### **Como citar este artigo:**

- LEITE, Marcia. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1, jan. - abril. 2023, pp. 011-032.